

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG) DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE)

THE PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN PANDEMIC TIMES: A STUDY OF MANAGEMENT'S STRATEGIES FROM MINAS GERAIS FEDERAL INSTITUTION (IFMG) MANAGEMENT DURING EMERGENCY REMOTE TEACHING (ERE)

Fátima Aparecida de Freitas¹
Raquel Aparecida Reis Franco²

RESUMO: Este artigo objetiva identificar as estratégias adotadas pelos gestores do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) a fim de minorar os impactos causados pela urgência na implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), ocorrido no período pandêmico da Covid-19. Teoricamente, recorreremos aos estudos de Aguiar e de Pacheco (2017), visto que esses autores discutem sobre a finalidade dos Institutos Federais. Tomamos, ainda, Hodges Moore; Locke; Truste e Bond (2020) por tratarem acerca da denominação do ERE. E, também, Saviani e Galvão (2021) por discorrerem sobre o caráter emergencial de oferta das atividades letivas em tempos de crise sanitária. Metodologicamente, adotamos a perspectiva qualitativa, segundo Minayo (2003). A adoção de novas estratégias de gestão, com vistas a permanente qualidade de ensino e da formação omnilateral na Educação Profissional Tecnológica (EPT), demonstrou a atenção dos gestores para a desigualdade estrutural entre os alunos, a falta de recursos institucionais e a falta de qualificação para os meios digitais dos docentes e técnico-administrativos. Ademais, observamos que houve a intencionalidade dos gestores da reitoria em regulamentar o ERE, orientar os gestores dos campi para as ações administrativas e pedagógicas, sem perder de vista a missão de formação omnilateral, colocada na Lei 11.892/2008 para os IFs.

58

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Remoto Emergencial. Desafios. Estratégias de Gestão.

ABSTRACT: This article objectifies to analyze the strategies adopted by managers from Minas Gerais Federal Institution (IFMG) with the goal to lessen the impacts caused by the urgency of the Emergency Remote Teaching (ERE) implementation which occurred in the pandemic period of the Covid - 19. In theory, we call upon Aguiar's and Pacheco's studies (2017), once those authors discuss about the Federal Institutions' goals. We also take Hodges; Moore; Locke; Truste and Bond (2020) for dealing with ERE's denomination. And Saviani and Galvão (2021) for discourse about the emergency character of bid of the school activities in health crisis times. Methodologically, we adopt the qualitative perspective, according to Minayo (2003). The adoption of manager new strategies, aiming the permanent quality of omnilateral teaching and formation in Technologic Professional Education (EPT), demonstrated the managers' attention to the structural inequality between the students, the lack of institutional resources and the teachers' and the administrative technician's lack of qualification to the digital media. Furthermore, we observed that there was the intention of the rectory managers to regulate the ERE, guide the campus managers for administrative and pedagogical actions, without losing sight of the mission of omnilateral training, placed in Law 11.892/2008 for the IFs.

Keywords: Professional and Technological Education. Emergency Remote Teaching. Challenges. Management Strategies.

¹ Mestranda em Educação pelo Instituto Federal de Minas Gerais – E-mail: fatima.freitas@ifmg.edu.br.

² Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – E-mail: rasoreis@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Com o advento da pandemia do novo Coronavírus, no início do ano de 2020, ocorreu em todo o mundo a suspensão das aulas presenciais. Conforme noticiava a UNESCO, “o número de 1,6 bilhão de crianças e jovens afetados pelo fechamento de escolas, em 191 países, representava 90,2% da população estudantil mundial” (UNESCO, 2020, p. 1). Com o prolongamento dessa situação, os governos e os gestores das instituições de ensino perceberam a necessidade da transformação das atividades letivas presenciais em outro modelo de ensino que pudesse substituir, em caráter temporário, as atividades educacionais.

Dessa forma, com o intuito de manter as atividades letivas, as escolas recorreram às várias formas alternativas de ensino, sobretudo, às plataformas virtuais para ofertarem suas aulas por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) que segundo Hodges; Moore; Locke; Truste e Bond (2020, p. 3) “é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido às circunstâncias de crise”. Essa nova forma de ensino, implementada de forma emergencial, trouxe vários desafios aos gestores, pois, além da transposição do método presencial para o formato *on-line*; os gestores educacionais tiveram que lidar com elementos da desigualdade estrutural em nosso país que afetaram a implementação do ERE, como: a falta de conectividade à internet, a falta de equipamentos necessários para acesso ao ERE e ainda, com a pouca habilidade dos profissionais de ensino para os meios digitais.

Diante dos desafios postos para os gestores das instituições de ensino, este artigo objetiva identificar as estratégias adotadas pelos gestores do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) a fim de minorar os impactos causados pela urgência na implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) ocorrido no período pandêmico da Covid-19.

MÉTODOS

Em termos metodológicos, adotamos uma abordagem qualitativa, pois, segundo Minayo (2003, p. 21) “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Dessa forma, para evidenciar como ocorreu o fenômeno do ERE no IFMG e identificarmos as estratégias de gestão nesse período atípico, realizamos uma análise documental das Regulamentações,

Orientações e Instruções Normativas emitidas pelos gestores da reitoria e dos dezoito campi do IFMG. Fizemos, ainda, buscas sobre a veiculação das informações e notícias sobre o ERE nos sites da reitoria e dos campi desse Instituto Federal. A partir desses procedimentos, passamos a verificar se houve por parte dos gestores do IFMG, a intencionalidade em permanecer com a oferta da formação omnilateral durante o ERE, conforme previsto nos objetivos da EPT, postos pela de Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Para descrição, análise e interpretação dos dados, recorreremos à Wolcott (1994). Num primeiro momento, realizamos arrastões sistemáticos nos sites da reitoria e dos dezoito campi desse Instituto. Após esse levantamento, analisamos e interpretamos os dados com o propósito de identificar as estratégias de gestão adotadas durante o ERE.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Este tópico está estruturado em duas seções. Na primeira delas, apresentamos discussões que tratam da Educação, Profissional e Tecnológica (EPT) e da formação omnilateral que deram fundamentação teórica ao nosso trabalho. Na segunda seção, expusemos as estratégias de gestão identificadas na Reitoria e nos dezoito campi do IFMG.

1-A educação profissional e tecnológica e o ensino remoto emergencial numa perspectiva omnilateral

Com a pandemia do novo Coronavírus, os gestores do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), assim como em outras instituições do Brasil, se depararam com o desafio de continuar oferecendo atividades letivas durante o ano de 2020 ou enquanto durasse a pandemia, sem perder de vista a premissa da perspectiva de formação omnilateral na oferta de ensino.

Sabemos a partir de Ramos (2017), que a EPT, ao longo dos anos, sofreu várias transformações e o ERE é mais um desses capítulos que tem que ser pensado a partir de uma perspectiva omnilateral cujo significado é oriundo do latim e pode ser traduzido literalmente como “todos os lados ou dimensões” (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2012, p. 265). Ao tratar sobre a omnilateralidade, Saviani (1992, p. 15) expõe que: “O homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e agir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (SAVIANI, 1992, p. 15).

Trazendo, dessa forma, a relação que existe entre educação e trabalho na construção da formação integral do homem, ou seja, em todas as suas dimensões.

A importância da relação entre o trabalho e a educação fica explicitada quando Frigotto (2005, p.59), afirma: “essa relação se constitui como fundamentos ontológicos na formação cidadã e no ser social”. Portanto, uma dimensão formadora do homem enquanto ser social que pode transformar também a sociedade que o rodeia. Reforçando, assim, o nível de importância para a formação do caráter do sujeito, enquanto cidadão, durante o ensino e o aprendizado ofertados pela EPT. Dada às discussões apresentadas, evidenciamos a necessidade de um projeto de EPT que se vincule ao desenvolvimento integral e que busque a formação omnilateral.

Partindo dessa perspectiva, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências” (BRASIL, 2008) fez a consolidação dos IFs, oriundos das antigas Escolas Técnicas e ou dos Centros Federais de Educação Ciência e Tecnologia e foi considerada um marco histórico da EPT no Brasil. Isso se dá pela configuração de um novo modelo educacional e de estrutura institucional que passou a funcionar em todas as regiões do país e que oferece oportunidades de acesso à educação e profissionalização aos mais diferentes públicos de estudantes.

Outro destaque sobre a educação omnilateral na Lei nº 11.892/2008, trata sobre os objetivos dos IFs na Seção III, Art. 7º, Inciso V, que versa “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008). Desse modo, a constituição dos IFs em 2008, trouxe para a EPT uma nova perspectiva de educação, voltada para a formação de indivíduos emancipados, capazes de atuar de forma consciente e ética, contribuindo para ambientes mais democráticos.

Para Aguiar e Pacheco (2017, p. 18) o desafio que permeou a criação dos IFs foi dimensionar a EPT a partir do reconhecimento de uma demanda que resultava da exclusão dos processos de formação básica de milhares de pessoas, o que tornou a consolidação dos IFs “uma das mais importantes políticas públicas no campo da escolarização e profissionalização e ampliando as possibilidades de construção de diferentes itinerários formativos para milhares de brasileiros, a partir de suas diferentes modalidades e níveis de ensino”. Dessa forma, evidenciamos que a expansão da EPT, por meio da consolidação dos

IFs, passou a contribuir a partir de 2008, com uma educação pautada no compromisso com a inclusão social, possibilitando uma formação que envolva as dimensões trabalho, educação, ciência, cultura e comunidade.

É nesse bojo que o IFMG foi criado. Essa instituição foi formada inicialmente pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista (criado em 1951), dos Centros Federais de Educação Tecnológica de: Ouro Preto (criado em 1944) e Bambuí (criado em 1968) e, das Unidades Descentralizadas de Formiga (criada em 2007) e Congonhas (criada em 2007). A partir dessa transformação em 2008, outros novos campi foram criados e incorporados ao IFMG. Dentre os quais podemos citar: os campi nas cidades mineiras de Betim (criado em 2010), Governador Valadares (criado em 2009), Ibitaré (criado em 2018), Ouro Branco (criado em 2011), Ribeirão das Neves (criado em 2011), Sabará (criado em 2010) e Santa Luzia (criado em 2013). Houve, ainda, a incorporação dos 3 campi Avançados nas cidades de Arcos (criado em 2016), Conselheiro Lafaiete (criado em 2015), Ipatinga (criado em 2018), Piumhi (criado em 2014), Itabirito (criado em 2015) e Ponte Nova (criado em 2014). Há, também, o Polo de Inovação Formiga, credenciado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, criado em 2015.

O IFMG, assim como os demais IFs do Brasil, constitui um projeto inovador no campo das políticas públicas educacionais, tendo em vista sua proposta pedagógica e sua estrutura multicampi e, por ser pluricurricular, já que seus campi foram construídos em áreas estratégicas e em sintonia com os arranjos produtivos locais e, também, pelo compromisso na formação integral do estudante.

Ao discutirem sobre os IFs no contexto do ERE, Saviani e Galvão (2021) nos informam que o ERE foi imposto nessa instituição de modo urgente, devido à irresponsabilidade do atual governo brasileiro com a educação pública.

Saviani e Galvão (2021, p.38) acrescentam, ainda, que “devido à pandemia e por falta de alternativas para a substituição do ensino presencial, a comunidade acadêmica foi empurrada para o ERE, um suposto beco sem saída”. Para os referidos autores, a transposição de métodos para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sem oferecer condições adequadas pela falta de acesso à internet de forma satisfatória e aos equipamentos adequados causou o esvaziamento dos conteúdos de ensino e da importância

³ **Campus Avançado** – Significa uma extensão de um **campus** que já existe, com possibilidade de oferecer os mesmos cursos ou cursos novos, em uma nova região. A tendência é que este núcleo **avançado** se transforme em uma nova unidade.

escolar. Ainda, de acordo Saviani e Galvão (2021), as redes de ensino estadual e municipal, assim como diversas instituições públicas de ensino médio, técnico e superior, lançaram mão do “ensino” remoto para cumprir o calendário. Tal fato não foi diferente no IFMG.

No próximo tópico, discutimos como ocorreu o ERE no IFMG. Buscamos, assim, identificar as estratégias adotadas pelos gestores do IFMG, a fim de minorar os impactos causados pela urgência na implementação do ERE, ocorrido no período pandêmico da Covid-19.

2-O ERE no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Em termos legais, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) lançou sua primeira regulamentação sobre o ERE, em nível nacional, em 17 de março de 2020 pela Portaria do MEC nº343 que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19 (BRASIL, 2020)”. Dessa forma, o planejamento para as atividades letivas não presenciais passaram a ter respaldo legal enquanto durasse o período pandêmico no Brasil.

Na EPT, a primeira publicação sobre o tema ocorreu em 03 de abril de 2020 com a Portaria do MEC de nº 376, de 3 de abril de 2020 que “dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19 “(BRASIL, 2020).

No sentido de regulamentar o ERE no âmbito institucional, a reitoria do IFMG emitiu vários documentos, quais sejam: Instrução Normativa (IN) 02/2020 que “estabelece diretrizes para atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFMG durante o período de absoluta excepcionalidade gerado pela pandemia do Coronavírus”; Resolução 10/2020 que “dispõe sobre as alterações nos Regulamentos de Ensino dos Cursos Técnicos (Resolução nº 46/2018) e de Graduação (Resolução nº 47/2018) em função do período de excepcionalidade da pandemia de Covid-19”; e Instrução Normativa 05/2020 que “Regulamenta e normatiza, complementando e alterando a IN IFMG Nº 02/2020, a implementação do Ensino Remoto Emergencial para os cursos presenciais, enquanto durar a situação de excepcionalidade da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)”.

Por meio da IN 05/2020, a reitoria do IFMG passou orientações diversas para os gestores dos campi sobre as questões do “Ensino Não Presencial”, das quais destacamos orientações para o funcionamento administrativo sobre Instrumentos de Gestão do ERE e

ainda ações com vistas à formação omnilateral de Assistência Estudantil, Ações de Acolhimento, Ações do Programa Nacional de Alimentação, Ações de Pesquisa e Extensão e, em seu Art. 45 a citada Instrução Normativa, orientou os gestores dos campi sobre pesquisa para levantamento de dados de acesso à internet. A Reitoria do IFMG dentro de Programa de Assistência Estudantil lançou, ainda, o Edital IFMG 31/2020 de Processo Seletivo para a concessão de Auxílio de Inclusão Digital Emergencial do Programa de Assistência Estudantil 2020.

Partindo dessa realidade, os gestores dos 18 campi do IFMG adotaram diferentes estratégias a fim de minorar os impactos do ERE a partir das legislações em âmbito nacional e local. A exposição dos resultados que apresentamos, a seguir, foi obtida com as buscas feitas nas páginas da web de cada um dos campi do IFMG. Esse levantamento dos dados ocorreu no período de 16 a 22 de novembro de 2021. Procuramos, nesse levantamento, identificar as estratégias adotadas pelos gestores dos diversos campi do IFMG para a implementação do ERE. Para a nossa pesquisa, adotamos como critérios as seguintes estratégias de gestão nos campi: estratégia de comunicação com a disponibilização das informações sobre o período remoto nos sites de todos os campi; a emissão ou não de regulamentação própria para a implementação do ERE; elaboração de tutoriais e ou cursos de formação continuada para utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para docentes e discentes e; realização de eventos de acolhimento e ou ambientação ao ERE. Vale ressaltar que alguns campi do IFMG estão elencados repetidamente em dois ou até nos três grupos por terem adotado mais de um procedimento posto, por nós, como critério de identificação das estratégias de gestão para o ERE.

O primeiro grupo diz respeito aos campi em que não identificamos a emissão de regulamentação própria para a implementação do ERE, mas que fizeram algum tipo de veiculação de informações sobre o funcionamento desse período letivo em suas páginas oficiais. Para esse primeiro agrupamento, apresentamos um estudo nos campi Arcos, Betim, campus Avançado de Ipatinga, Governador Valadares, Ponte Nova, Ribeirão das Neves e Sabará.

Em Arcos, obtivemos a partir do ícone “notícias” as informações sobre as orientações emitidas pela reitoria para o ERE dentre as quais podemos citar: Edital selecionará relatos de estudantes sobre Ensino Remoto Emergencial; Seminário discute experiências na estruturação do Ensino Remoto Emergencial no IFMG; Diretrizes para

Ensino Remoto em destaque no IFMG Presente; IFMG estabelece diretrizes para o Ensino Remoto Emergencial.

No campus Betim, identificamos outra estratégia de gestão pela disponibilização de um ícone na aba do “Ensino” que direcionava os alunos para o AVA, mas que não nos remeteu para informações administrativas sobre o período remoto emergencial.

No site do campus de Governador Valadares, encontramos um *banner* virtual que direcionava a comunidade para os canais de atendimento durante o período remoto e outro que direcionava os alunos para o AVA e informações sobre a suspensão das aulas presenciais e sobre o início das aulas remotas e, ainda, endereços de e-mails de todos os setores do campus.

Ao fazermos busca no site do campus Avançado de Ipatinga, visualizamos, logo na página principal, um ícone de acesso aos canais de atendimento do campus: números de telefone e endereços de e-mail dos setores acadêmicos e administrativos. Para a obtenção de outras informações sobre o ERE, buscamos pelas palavras “ensino remoto” e notamos que nenhum outro ícone de acesso ao ERE foi disponibilizado na página principal do campus.

No campus avançado de Ponte Nova, percebemos por meio de pesquisa em seu site, que a aba do ensino possuía um ícone de acesso para o “Cronograma das Atividades Remotas Emergenciais”. Entretanto, por acesso a este ícone, obtivemos somente informações acadêmicas. O que nos remeteu à nova busca por meio das palavras “ensino remoto”. Observamos que as notícias veiculadas no site do campus de Ponte Nova sobre o ERE se referiam às orientações da reitoria para o funcionamento do ERE e não de regulamentações ou orientações emitidas pelo próprio campus.

Em Ribeirão das Neves, localizamos referência sobre o início do período remoto por meio, também, da IN-05 de 18 de junho de 2020, que foi emitida pela Reitoria do IFMG. Esse site continha um banner virtual de acesso ao “Ensino Remoto Emergencial”. Ao clicarmos nesse ícone, o direcionamento ocorria para o AVA, mas a página principal não trouxe nenhuma outra informação sobre os procedimentos administrativos durante o período pandêmico no campus. Por esse motivo, fizemos, novamente, uma busca mais específica a partir das palavras “ensino remoto” e, encontramos as notícias: Comunicado sobre adesão ao ensino remoto emergencial; IFMG adota tecnologia de laboratórios

virtuais e; Conheça os serviços virtuais oferecidos pelas bibliotecas do IFMG durante o ensino remoto.

Evidenciamos, facilmente no site do campus Sabará, uma série de publicações sobre o ERE. As informações gerais continham: Manual ERE do IFMG Campus Sabará 2020 e 2021; Manual do aluno; Orientações sobre o uso do *classroom*; Calendários e disciplinas; Horários; AVA; Tutoriais para estudantes; Tutoriais para professores, Biblioteca virtual, Canais de atendimento e; Normas de biossegurança e Legislação onde constava a IN 05 de 18 de junho de 2020, que norteou, nesse campus, o início do ERE. Observamos, nessa busca, facilidade de acesso para todas as informações sobre o ERE, incluindo o edital de fluxo contínuo para projetos de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, o que nos remeteu à intencionalidade da oferta de formação omnilateral.

Prosseguindo como nossa pesquisa, adotamos como critérios para o segundo agrupamento por campi do IFMG a emissão de regulamentação própria para o funcionamento do ERE e ou a disponibilização dos Manuais ou Guia para Estudante e Tutoriais ou Cursos de Formação Continuada para os docentes no AVA.

Segundo esses critérios, identificamos os campi: Bambuí, Congonhas, campus Avançado de Conselheiro Lafaiete, Campus Avançado de Itabirito, Formiga Ouro Branco Ouro Preto e São João Evangelista.

O ERE no campus Bambuí iniciou por meio da Resolução nº 6 de 02 de julho de 2020 emitida pelo Conselho Acadêmico daquele campus, que dispôs sobre a implementação da modalidade de Estudos Não Presenciais (ENP) em cursos presenciais, técnicos, de graduação e de pós-graduação no âmbito do IFMG – Campus Bambuí, em função da situação de excepcionalidade da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). Outras informações sobre o ERE foram encontradas por meio do ícone sobre “Estudos Não Presenciais” com todas as informações sobre o ERE .

Em Congonhas as aulas no formato remoto iniciaram em 10 de agosto por meio da Resolução nº 04 de 30 de julho de 2020, que dispôs sobre a aprovação do Calendário Acadêmico do Ensino Remoto Emergencial do IFMG Campus Congonhas, para o ano letivo de 2020. Na página principal de Congonhas encontramos um ícone de acesso direto ao ERE. Pelo acesso ao ícone “Acompanhe o IFMG no Combate ao Coronavírus”, encontramos informações sobre a suspensão das atividades letivas, informações sobre os canais de atendimento lança e edital para selecionar ações de combate à Covid-19 no

campus. Ainda, comunicado de aprovação do ERE no Campus, além de chamadas para reunião virtual de pais/responsáveis dos alunos dos Cursos Técnicos Integrados e Concomitantes e para o início do ERE no dia 10 de agosto de 2020, disponibilizaram, ainda, um cronograma de orientações e ambientação na plataforma *Microsoft Teams*.

O Campus Avançado Conselheiro Lafaiete aprovou no dia 29 de junho de 2020, por meio do seu Conselho Acadêmico o retorno das atividades, de modo remoto. A partir do acesso ao banner virtual disponibilizado no topo da página do campus, fomos direcionados para vários outros ícones de acesso ao AVA, o que nos remeteu para as notícias veiculadas ao longo do período pandêmico, conforme citamos a seguir: Manual de orientação ao ERE; Contatos dos setores e servidores; Autocuidado em tempos de pandemia; Divulgação de novos horários dos cursos durante o ERE; Informes à comunidade sobre o estabelecimento de diretrizes para o ERE no IFMG.

No campus do IFMG na cidade de Formiga, o ERE iniciou por meio da Resolução Nº 4 de 23 de junho de 2020, que dispôs sobre a regulamentação dos itens atribuídos para deliberação do Conselho Acadêmico, determinados pela Instrução-Normativa Conjunta 05/2020/PROEN/PROEX /PRPPG, no âmbito do IFMG - Campus Formiga. Encontramos, ainda, um banner virtual com ícone de acesso direto ao Guia Básico de estudos para o ERE. Para conseguirmos outras informações sobre os procedimentos no ERE, buscamos também pelas palavras “ensino remoto” e encontramos informações sobre os serviços virtuais oferecidos pelas bibliotecas do IFMG durante o ERE; Autocuidado em tempos de pandemia; Divulgação de Guia Básico de Estudos para o ERE; Nota Técnica orientando sobre direitos autorais e de imagem durante o ERE e; chamada para o início do período letivo emergencial em 03 de agosto de 2020.

No IFMG de Ibitaré, o ERE iniciou por meio da Resolução nº 10 de 19 de Agosto de 2020 que dispôs sobre a aprovação do Regulamento sobre as Diretrizes Internas do Ensino Remoto Emergencial - ERE no âmbito do IFMG Campus Ibitaré, por aprovação em 03 de julho de 2020 na 12ª Reunião do Conselho Acadêmico. Notamos que o primeiro ícone disponibilizado em seu site ofereceu acesso direto às informações sobre o Ensino Remoto Emergencial; acesso à plataforma *Moodle* e aos horários de aulas e notas dos alunos durante o ERE. Atendendo às buscas do público discente, logo na página principal.

No campus Avançado de Itabirito, o Conselho Acadêmico aprovou em 10 de julho de 2020 a implementação do ERE. Ainda, foram disponibilizadas por acesso ao ícone

“Ensino Remoto Emergencial” as informações acadêmicas sobre cada curso ministrado, como: Solicitação de segunda chamada e os calendários acadêmicos. Disponibilizaram, ainda, um banner virtual do Comitê de Biossegurança e as informações administrativas sobre o período de emergência.

No IFMG de Ouro Branco, as atividades remotas ocorreram por meio da Instrução Normativa Nº 06 24 de Agosto de 2020 que estabeleceu as diretrizes para implantação do ERE nos Cursos Técnicos e de Graduação. Encontramos logo na página principal a janela de acesso ao ERE e vários documentos, como: Guia de orientações, Manual de conduta, Perguntas e respostas sobre o ERE e o Manual de Biossegurança. Em outras janelas, os acessos feitos nos levaram para os calendários e horários de aula; Acesso ao AVA; Acesso às Bibliotecas virtuais; Manual do aluno e; Tutoriais para professores. Além desses ícones, foram disponibilizadas todas as legislações pertinentes ao ERE nos âmbitos nacional e institucional (Reitoria e campus).

No campus Ouro Preto, a primeira regulamentação emitida foi a IN 01/2020 que conforme versa o seu Art.1º, o Conselho Acadêmico resolveu “PROIBIR, enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19 no país, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais no âmbito do IFMG – Campus Ouro Preto (RES.01/IFMG/OP/2020)”. Uma ação identificada como estratégia para a equidade de acesso ao ensino remoto ocorreu por meio do Edital 36/2020 de Processo Seletivo para a Concessão de Auxílio de Inclusão Digital Emergencial do Programa de Assistência Estudantil 2020. Por meio deste edital, os estudantes que se encontravam em situação de desigualdade de acesso aos conteúdos digitais receberam ajudas de custo para aquisição de serviço de internet e/ou computadores, proporcionando ao estudante as condições necessárias para o desenvolvimento do seu processo formativo no IFMG, durante o contexto de pandemia da COVID -19. A partir daí, foi convocado o Conselho Acadêmico do campus em que a reunião no formato virtual, resultou na Instrução Normativa nº 3 de 04 de setembro de 2020 que regulamentou em caráter excepcional e temporário as atividades letivas não presenciais para o ano letivo de 2020. Acessamos o ícone sobre o ano letivo de 2021 que nos remeteu a vários outros links de acesso às informações acadêmicas, como: Manual do Aluno, Programa de Bolsas, Calendário Escolar, Horário de Aulas, Acesso ao Moodle, Link para Aulas Síncronas, Solicitações Acadêmicas, Serviços de Biblioteca, Tutoriais ERE (TI) e Tutoriais ERE (Nuted). Evidenciamos os editais de ajuda

de custo e programa de bolsas de assistência estudantil, na manutenção da proposta de formação omnilateral do aluno no campus Ouro Preto.

O ERE no IFMG *Campus* Avançado Piumhi teve início em 03 de agosto de 2020 com a Instrução Normativa N° 1 do IFMG *Campus* Piumhi que estabeleceu orientações sobre a disponibilização de atividades e materiais em meios digitais no período de suspensão, por conta da pandemia do Coronavírus, dos calendários acadêmicos dos cursos Técnicos e de Graduação do IFMG- *Campus* Avançado Piumhi. Por meio de pesquisa na página principal do site do campus avançado de Piumhi, verificamos que houve disponibilização de ícone para o acesso direto ao ERE, disponibilização das informações administrativas sobre o ERE, acesso o acadêmico e acesso à plataforma *Moodle*.

No campus de São João Evangelista, o início do ERE se deu pela Resolução n° 2 de 28 de julho de 2020. No site do Campus São João Evangelista, o acesso ao ícone Ensino Remoto Emergencial nos remeteu primeiramente às informações: Perguntas e Respostas sobre o ERE; Comunicado aos pais e responsáveis; Avaliação feita pelos alunos sobre os períodos letivos no ERE. O outro ícone AVA *Moodle* nos remeteu para a página do AVA, com informações acadêmicas do tipo: Calendário acadêmico; Horários de aulas e; Manual do aluno. Disponibilizaram, ainda: Comunicado sobre a suspensão das atividades acadêmicas; Portaria n° 358 de 17 de março de 2020 que Dispõe sobre medidas preventivas de enfrentamento da emergência de saúde pública, adotadas pelo IFMG, em decorrência do Coronavírus; Canais de atendimento ao público; Ofício n° 14-2020 - Orientação aos docentes do IFMG Campus São João Evangelista em razão da suspensão do calendário acadêmico, decorrente da pandemia do Coronavírus. Notamos, ainda, que todas as informações pertinentes ao ERE foram de fácil acesso por estarem disponibilizadas por meio de um ou dois toques na página principal do campus de São João Evangelista.

O campus Santa Luzia estabeleceu por meio da Portaria n° 108 DE 12 de agosto de 2020 a retomada do calendário letivo emergencial de 2020. Para a obtenção das informações sobre o ERE procedemos com a pesquisa pelas palavras “ensino remoto”, o que nos levou aos links de acesso à notícia de um Seminário para discutir experiências a estruturação do ERE no IFMG e para informações acadêmicas sobre o ERE em 2020.1; 2020.2; 2021.1 e para o Ensino Remoto Emergencial/Híbrido em 2021.2.

No último agrupamento por campi em que realizamos a nossa pesquisa, utilizamos como critério os campi que adotaram como uma das estratégias para a

implementação do ERE a organização de eventos de acolhimento ou ambientação. Dos campi onde identificamos a realização de eventos virtuais de acolhimento e ambientação podemos citar: Bambuí, Betim, Congonhas, Campus Avançado de Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Ouro Branco, Ouro Preto, Campus Avançado de Piumhi, Sabará e Santa Luzia.

No IFMG de Bambuí, os eventos de recepção de alunos ingressantes em 2021 foram subdivididos por modalidade de curso. Desta forma, para os cursos técnicos integrados a realização do evento ocorreu em 26 de abril de 2021, para os cursos de graduação e técnicos subsequentes o evento de acolhimento aconteceu em 21 de junho de 2021. Os eventos foram transmitidos pelo canal *Youtube* do campus e foi promovido pela Diretoria de ensino com a participação dos coordenadores de cursos e de assistência estudantil.

Em Betim, a semana de acolhida no formato remoto, ocorreu nos dias 01 e 02 de março de 2021, durante o evento os estudantes calouros puderam conhecer um pouco mais sobre o IFMG e seu funcionamento e também tiveram a oportunidade de conhecer os novos colegas e professores. Já os veteranos tiveram a oportunidade para conhecer diferentes perspectivas de atuação profissional. Ainda, como forma de integração entre os alunos novatos, veteranos e recém-formados, houve também um minicurso sobre Organização Pessoal e Hábitos de Estudos, promovido em uma parceria com os egressos do campus.

No campus de Congonhas, a semana de acolhimento e ambientação no primeiro semestre de 2021 ocorreu no período 17 e 21 de maio e continha dentre as atividades da Semana a apresentação para todos os calouros o Programa de Assistência Estudantil, o programa de Saúde psíquica em tempos de pandemia, as orientações da Área Pedagógica e ainda, o lançamento do *Planner 2021* do IFMG Campus Congonhas, além do Tour Virtual pelo Campus, com o objetivo de apresentar toda sua infraestrutura aos novos alunos desse campus.

No campus Avançado de Conselheiro Lafaiete, o evento de Acolhimento e Ambientação no campus do IFMG em Conselheiro Lafaiete teve como objetivo: recepcionar e integrar os estudantes novatos e veteranos do Campus no primeiro semestre de 2021. O evento ocorreu entre 12 e 22 de abril de 2021, onde a comunidade acadêmica participou de palestras, oficinas, bate-papos de forma remota. As atividades tiveram como foco: Ambientação ao *Moodle*; Assistência Estudantil – Bolsa Permanência e Inclusão Digital; Roda de Conversa sobre: Relações familiares na pandemia e o Ensino Remoto;

Entendendo o Manual do ERE – Ensino Remoto Emergencial do IFMG/CL e Qual o papel das Redes Sociais nas nossas vidas? Abordando, dessa forma, vários temas inerentes ao funcionamento do ERE.

No campus de Ibirité, a programação especial para recepção da comunidade acadêmica ocorreu na semana de 30 de agosto a 03 de setembro de 2021 e contou com palestra de aula inaugural, conversa com os coordenadores de cursos e treinamento para os alunos de acesso à Plataforma *Moodle*. Toda a programação se deu via canal do *Youtube* do campus.

Em Ouro Preto, a Semana de acolhida e ambientação ao ERE ocorreu entre 14 e 18 de setembro de 2020 e teve como objetivo o compartilhamento com os alunos das propostas de trabalho e entendimento sobre questões que implicaram nas práticas docentes mediadas por tecnologias digitais. Toda a programação que incluía orientações ao ERE e palestras sobre diversificados temas foi transmitida pelo canal *Youtube* do campus Ouro Preto.

No IFMG de Ouro Branco, entre os dias 3 e 7 de maio de 2021 foi realizada a Semana de Ambientação e Acolhimento do 1º semestre letivo de 2021. O evento é destinado a todos os estudantes, calouros e veteranos, dos diversos cursos oferecidos pela instituição. Ao longo da semana, foi feita a apresentação dos cursos para os alunos novatos e para os estudantes calouros e veteranos foram realizadas oficinas com a Seção de Assuntos Estudantis, setor que realiza o acompanhamento pedagógico e psicológico dos estudantes e acompanha os processos referentes à Assistência Estudantil.

Em Piumhi, a Semana de Acolhimento no primeiro semestre letivo de 2021 ocorreu entre 12 e 16 de abril de 2021 e sua programação continha: Palestra sobre o tema: Organização pessoal no ensino remoto, atividade de treinamento de acesso ao *Moodle*, *MSTeams* e outras Ferramentas da Internet, palestra intitulada: Tecendo o texto: rumo a uma redação nota 1000 no Enem e, ainda a organização de momentos pedagógicos entre alunos, pedagogos e coordenadores de cursos.

No campus de Sabará, a Semana de Acolhimento 2021 ocorreu no formato Online de 05 a 08 de julho. A Comissão de Acolhimento aos Calouros, em parceria com representação dos alunos veteranos, elaborou uma programação para receber e dar boas-vindas aos calouros dos cursos técnicos e superiores. Além de rodas de conversas, a programação contou com Minicurso sobre: Organização de estudos em tempos de Ensino Remoto

Emergencial – ERE e Orientações no uso das principais plataformas e ferramentas digitais no Ensino Remoto Emergencial – ERE.

O IFMG Santa Luzia promoveu a Semana de Acolhimento no segundo semestre letivo de 2021 no período de 05 a 09 de outubro de 2021, que contou com palestras sobre os temas: Desmistificando a pesquisa científica: Como escrever um projeto? ; Os processos de aprendizagem e o Conto Famigerado; Seja um profissional de Destaque em SST; Aprendendo a aprender: ferramentas necessárias para um bom planejamento de estudo; Estratégias de projeto para espaços de aprendizagem; e, palestra sobre Organograma do IFMG - DEPE e coordenações, esta última, de cunho administrativo.

A partir do levantamento realizado, evidenciamos que a pouca legislação percebida em nível nacional para o ERE na EPT, levou os gestores à falta de padronização das regulamentações internas e das informações veiculadas nos sites dos diversos campi do IFMG. Conforme observamos no primeiro grupo, os campi Arcos, Betim, campus Avançado de Ipatinga, Governador Valadares, Ponte Nova, Ribeirão das Neves e Sabará não emitiram, por meio dos seus Conselhos Acadêmicos, Resoluções ou INs para a implementação do ERE, mas tiveram respaldo legal para o funcionamento no período letivo remoto por meio das regulamentações emitidas pela reitoria do IFMG.

72

No segundo agrupamento de campus pesquisado, identificamos várias emissões de Tutoriais e Manuais de formação continuada para os docentes e de acesso ao AVA para os discentes, Por esses critérios identificamos que os campi Bambuí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Formiga, Governador Valadares, Ibitaré, Ouro Branco, Ouro Preto, Sabará e São João Evangelista formularam documentos específicos para orientação dos discentes a fim de oferecer treinamento para uso do AVA. Evidenciamos ainda, tutoriais ou cursos de formação continuada no formato virtual para os docentes em Bambuí, Ouro Branco, Ouro Preto e Sabará.

Evidenciamos, assim, que todos os dezoito campi do IFMG adotaram algum tipo de estratégia de comunicação a fim de informar sobre as ações de ensino, de pesquisa, de extensão e de assistência estudantil durante o período remoto, quando identificamos no terceiro grupo que mais dez, dos campi do IFMG, realizaram eventos virtuais de acolhimento e ou ambientação ao ERE a fim de acolher, orientar e informar as comunidades acadêmicas em Bambuí, Betim, Congonhas, Campus Avançado de

Conselheiro Lafaiete, Ibitaré, Ouro Branco, Ouro Preto, Campus Avançado de Piumhi, Sabará e Santa Luzia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contextualizarmos o ERE no IFMG, trouxemos como objetivo a identificação dos desafios postos e das estratégias adotadas pelos gestores institucionais com a abrupta implementação do ensino remoto. Pelo estudo realizado, por meio de buscas nos sites da Reitoria e dos dezoito campi do IFMG e, ainda, de documentos emitidos institucionalmente, trouxemos na perspectiva da gestão, a real situação posta para o ensino da EPT no período pandêmico. A partir da pesquisa em cada uma dessas páginas virtuais, evidenciamos a intencionalidade dos gestores da reitoria em regulamentar o ERE, orientar os gestores dos campi para as ações administrativas e pedagógicas, sem perder de vista a missão de formação omnilateral, colocada na Lei 11.892/2008 para os IFs. Pelo estudo realizado, demonstramos a intencionalidade dos gestores desse Instituto em debater junto com a comunidade essa forma de ensino posta de forma repentina no ano letivo de 2020. Observamos, ainda, que as atenções dos gestores da reitoria e dos campi do IFMG centraram: na pouca regulamentação nacional para a educação no período pandêmico, na desigualdade estrutural entre os alunos e na pouca qualificação para os meios digitais dos docentes. Com a emissão da IN 05/2020, a reitoria do IFMG objetivou orientar os gestores dos campi sobre os novos instrumentos de gestão para o ERE. Ademais, foram emitidas regulamentações para ações com vistas à formação omnilateral, como: ações de acolhimento, ações do programa nacional de alimentação, ações de pesquisa e extensão, levantamento de dados de acesso à internet e a manutenção do programa de assistência estudantil (Edital IFMG 31/2020).

Posto isto, ao considerarmos o caráter emergencial do ERE e as adaptações necessárias para a transposição do método presencial para o virtual, verificamos que apesar da não ter havido em alguns campi a regulamentação própria, a emissão de orientações específicas para cada segmento e a falta de padronização das informações, houve por parte dos gestores da reitoria e dos dezoito campi pesquisados, a intencionalidade de elucidar dúvidas sobre os procedimentos adotados no período remoto. Concluímos, dessa forma, que esse combinado de estratégias adotadas pelos gestores da Reitoria e dos dezoito campi

do IFMG possibilitou o cumprimento da missão em ofertar uma educação de qualidade na EPT, com vistas à formação omnilateral, durante o ERE.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, Primeiro caso de covid19 no Brasil completa um ano. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

AGUIAR, L. E. V. de; PACHECO, E. M.. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. In: ANJOS, Maylta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle. As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Natal; Editora IFRN, vol. 1, pp. 13-35, 2017.

BEHAR, P. A.. O ensino remoto presencial e a educação a distância. Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 6 jul. 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 10.277, DE 16 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 08 de ago. 2021

BRASIL. LEI Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm. Acesso em: 14 de jul. 2021.

BRASIL. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 14 de jul. 2021.

BRASIL. PORTARIA Nº 376, DE 3 DE ABRIL DE 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88631>. Acesso em: 06 de ago. 2021.

BRASIL. LEI Nº 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm. Acesso em: 14 de jul. 2021.

CIAVATTA, Maria. A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE. Revista Trabalho Necessário. 2005 <https://doi.org/10.22409/tn.313.p6122>. Acesso em 11 de abr. 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

GLOBAL EDUCATION COALITION COVID-19: Como a Coalizão Global de Educação da UNESCO está lidando com a maior interrupção da aprendizagem da história. Disponível em <https://pt.unesco.org/news/covid-19-como-coalizao-global-educacao-da-unesco-esta-lidando-com-maior-interruptao-da>. Acesso em 31 de mar. 2022.

HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey; BOND, Aaron. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. Review Educause, v. 2, 2020. Traduzido por: Danilo Aguiar, Dr. Américo N. Amorim e Dra. Lídia Cerqueira. Disponível em: <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17/16>. Acesso em 05 de ago. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RAMOS, Marise. (2017). Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. *Educação Profissional E Tecnológica Em Revista*, 1(1), 27-49. <https://doi.org/10.36524/ept.viii.356>. Acesso em: 08 de Abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, A. C. “Educação na Pandemia: a falácia do ‘ensino’ remoto”. *Universidade e Sociedade ANDES-SN*, ano XXXI, janeiro, 2021. SCHUCHMANN, A. Z, 2021.

WOLCOTT, H. F. Transforming qualitative data: description, analysis and interpretation. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.